

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
LETRAS- PORTUGUÊS

CAMILA CRISTINA DIAS GREGÓRIO

**CONCORDÂNCIA VERBAL: ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO TENDO EM VISTA O QUE
DIZ OS MARCOS REGULATÓRIOS, EM UMA RELAÇÃO COM OS PRESSUPOSTOS
BÁSICOS GERATIVISTA**

BRASÍLIA

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
LETRAS- PORTUGUÊS
CAMILA CRISTINA DIAS GREGÓRIO

**CONCORDÂNCIA VERBAL: UMA ANÁLISE FORMAL DO LIVRO DIDÁTICO TENDO
EM VISTA O QUE DIZEM OS MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura
em Letras Português e Respectiva Literatura da
Universidade de Brasília como requisito de
obtenção do título de Licenciada em Letras/
Português

BRASÍLIA- DF

2022

CAMILA CRISTINA DIAS GREGÓRIO

**CONCORDÂNCIA VERBAL: UMA ANÁLISE FORMAL DO LIVRO DIDÁTICO TENDO
EM VISTA O QUE DIZEM OS MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Relatório final apresentado à Universidade de Brasília,
como parte das exigências para a obtenção do título de
licenciada em Letras-Português

Brasília, 23 de setembro de 2022

Prof.^a. Helena Guerra Vicente



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e da conclusão deste trabalho:

Primeiramente, a Deus, porque Ele me direcionou em todo o tempo. Ele me fez entender o propósito e, nos meus momentos mais difíceis, segurou minha mão, deu forças e me acolheu.

À minha família, a qual serviu de suporte físico, emocional e espiritual. E que acreditou em mim, mesmo quando eu não consegui.

Aos meus queridos amigos e irmãos em Cristo, os quais pacientemente me ouviram, aconselharam, encorajaram e acolheram nos momentos de angústia.

À minha orientadora, pela paciência, disponibilidade e toda ajuda para que o processo da escrita desse trabalho se desenvolvesse da melhor forma possível.

À minha psicóloga, que nos momentos de crise me ajudou a entender minhas emoções e externá-las e a estabelecer limites saudáveis.

Aos meus professores e colegas de curso que direta ou indiretamente contribuíram na minha jornada.

RESUMO

O presente trabalho se pretende analisar, à luz dos marcos regulatórios, Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), o livro didático e sua abordagem quanto ao ensino da concordância verbal no Ensino Fundamental. O objetivo é identificar se essa abordagem vem sendo efetiva ao “ensino” da gramática normativa e adequada quanto ao que é proposto nos marcos regulatórios. As aspas no termo ensino dão-se pelo fato da análise ter sido feita partindo da perspectiva dos pressupostos gerativista de Noam Chomsky (1957), em que ele apresenta a faculdade da linguagem como algo inato ao ser humano, ou seja, codificado geneticamente. Portanto, não há um ensino dela, mas sim a elucidação da sistematização desse conhecimento já pertencente ao falante. Conceito também trabalhado por Guerra Vicente; Pilati(2012). Chomsky desdobra a noção de criatividade, que é a capacidade humana de gerar e de decodificar sentenças muitas vezes inéditas ao falante/ouvinte. Identifica como parâmetro a propriedade que uma língua pode ou não exibir e, princípio como as leis gerais válidas para todas as línguas que corrobora para que o falante produza um léxico da língua, uma espécie de dicionário mental. A esquematização apresentada de maneira semântica e subjetiva não permite ao estudante de língua portuguesa a reflexão dos códigos já presentes em seu subconsciente, mas uma memorização de regras através de exercícios com padrões repetitivos.

Palavras-chave: Concordância verbal. Competência. Gerativismo. Gramática tradicional. Livro didático.

ABSTRACT

The present work intends to analyze, in the light of regulatory frameworks, National Curricular Parameters (hereinafter PCN's) and the National Common Curricular Base (hereinafter BNCC), the textbook and its approach to the teaching of verb agreement in Elementary School. The objective is to identify whether this approach has been effective in “teaching” normative grammar and adequate to what is proposed in regulatory frameworks. The quotation marks in the term teaching are due to the fact that the analysis was carried out from the perspective of Noam Chomsky's (1957) generativist assumptions, in which he presents the faculty of language as something innate to human beings, that is, it is genetically coded. Therefore, there is no teaching of it, but the elucidation of the systematization of this knowledge already belonging to the speaker. Concept also worked on by Guerra Vicente; Pilati (2012). Chomsky unfolds the notion of competence, the ability to create and decode codes. It identifies as a parameter the property that a language may or may not exhibit and, as a principle, the general laws valid for all languages that corroborate for the speaker to produce a lexicon of the language, a kind of mental dictionary. The schematization presented in a semantic and subjective way does not allow the Portuguese language student to reflect on the codes already present in his subconscious, but rather to memorize rules through exercises with repetitive patterns.

Keywords: Concordância verbal. Competência. Gerativismo. Gramática tradicional. Livro didático.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO	11
2.1 A gramática e suas conceituações em perspectiva com a teoria gerativista	11
3 ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO:	21
3.1 O livro à luz dos marcos teóricos e da teoria gerativa	21
3.2 O professor e o livro diádico	28
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32
	33
ANEXOS	34

1 INTRODUÇÃO

As questões em relação à língua portuguesa e seu ensino foram postas em voga em 1957, por Joaquim Mattoso Câmara Jr. Mas só sob impacto do Estruturalismo que a linguística é reconhecida como uma disciplina e é incluída no curso de letras “como um auxiliar no estudo da poesia e da prosa literária” (ILARI, 2005, p. 53), mantendo assim uma formação de professores sem uma perspectiva prática de como ensinar português para alunos do ensino regular.

A confecção do marco regulatório “Parâmetros Curriculares Nacionais” (doravante PCNs), em 1997, pela parceria do ministério da educação com pesquisadores de diversas universidades, se propõe a direcionar e orientar escolas e professores em relação ao ensino. Nesse documento, existe influência de várias correntes linguísticas, sobressalente a sócio-interacionista, sugerindo, portanto, que nesse processo seja valorizado a natureza social e interativa da língua

A língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só a conhecer as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCNs, 1998, p. 24).

Os PCNs representam um avanço inegável, entretanto não há, em sua estrutura, exemplos claros e práticos de como os pressupostos ali lançados se relacionam com a prática em sala de aula, a sistematização do conhecimento prévio do aluno, bem como o incentivo ao seu desenvolvimento pelo professor. Sendo este conhecimento prévio correspondentes aos “conteúdos aprendidos na escola e que serão aprofundados ano após ano” (VICENTE; PILATI, 2012, p. 1).

Há, no entanto, uma contraposição de ideias em relação a conhecimentos prévios, demarcado por Noam Chomsky, proposta em sua teoria gerativa. Ele chama de competência linguística este conhecimento prévio e define como conjunto de conhecimentos inatos aos seres humanos, o qual o falante detém de maneira inata, tendo ele uma gramática interna, sem nunca ter sido exposto ao ensino formal da língua.

Chomsky propõe ainda noções de criatividade e competência, todas elas colocadas em uma perspectiva mais naturalista e, por mais que os PCNs adotem algumas dessas ideias, a sua proposição é maior quanto ao sócio-interacionismo, deixando de lado algumas questões do

gerativismo que seriam de grande ajuda na articulação do conhecimento entre professor e aluno.

A língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só a conhecer as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCNs, 1998, p. 24)

Diante disso, Pilati e Vicente (2012) propõem pôr em perspectiva o ensino de gramática e seus marcos regulatórios diante dos conceitos chomskianos fazendo assim uma releitura que proporciona uma discussão da articulação entre teoria e prática da universidade para a escola.

Em princípio, precisamos entender do que se trata a gramática tradicional (GT) para então partir para as análises e teorias. Este conceito é amplamente discutido, mas segundo Miotto (2004) ela (GT) gira em torno do “bem falar e do bem escrever”, como um receituário não explícito que, dentre outros problemas, dificulta tanto seu ensino quanto seu aprendizado.

Isso porque muitas de suas definições são inadequadas e não comportam a aplicabilidade e os casos decorrentes da língua portuguesa. O termo técnico Advérbio, por exemplo, é definido, segundo Cereja e Cochar, em sua gramática “Texto, reflexão e uso” como: “Palavra que indica principalmente as circunstâncias em que se dá a ação verbal e pode acompanhar, além do verbo, substantivos adjetivos e até mesmo advérbios”. Já Celso Cunha propõe que são palavras que se juntam ao verbo e a adjetivos para intensificar uma qualidade.

Estes conceitos apresentam-se de formas superficiais e, por vezes, divergentes; além de não abarcar todas as variedades linguísticas do português brasileiro. Enquanto os primeiros autores admitem que possa haver a ligação do advérbio com verbo, substantivo, adjetivo e a até mesmo outro advérbio, o segundo estabelece esta relação apenas entre verbo e adjetivo.

Ao considerar a faculdade de linguagem do falante em sua língua materna (L1), podemos propor, ao invés de fixar o ensino em regras e suas infinitas exceções (como disposta das gramáticas tradicionais), uma compreensão de como a língua se comporta sistematicamente, aliando o conhecimento prévio do aluno, a escrita e metalinguagem.

“É razoável considerar a faculdade de linguagem como um “órgão da linguagem”, no sentido em que os cientistas falam de um sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório como órgãos do corpo. Compreendido desse modo, um órgão não

é algo que possa ser removido do corpo, deixando o resto intacto. É um subsistema de uma estrutura mais complexa”. (CHOMSKY, 1998, p. 10)

Chomsky conceitua esta faculdade, como um órgão da linguagem, tal qual os cientistas falam de um sistema imunológico ou circulatório como órgãos do corpo. Sendo assim, o falante é capaz, de maneira inata, de construir sentenças em sua L1 (neste caso, do português). Além disso, é capaz de criar infinitas sentenças, o que ele chama de noção de criatividade.

Então se assumimos que o aluno chega à escola com inúmeros conhecimentos, tais como a total capacidade de elaborar frases na ordem direta como por exemplo “quero água”, ao invés de “água quero”, bem como decodificar outros códigos, sem ter a menor no aparato teórico para tal feito, qual seria a função da escola? Em que momento os PCNs podem articular a teoria à prática?

A respeito destes questionamentos Vicente e Pilati (2012) expressam:

o que a escola fará nos anos seguintes será: a) alfabetizá-lo - mostrar ao aluno a relação entre os sons e as letras; b) promover o letramento do aluno - mostrar os valores sociais dos diferentes textos e gêneros e c) desenvolver a capacidade de expressão escrita e oral do aluno, dentro de uma perspectiva de padronização e de desenvolvimento de técnicas de expressão escrita.

Visto que os PCNs deixam claro que o ensino não deve ter a gramática como ponto de partida, esta proposta das autoras faz-se aplicável. Uma inversão USO- REFLEXÃO- USO por REFLEXÃO- USO- REFLEXÃO- USO(...). Possibilitando assim, que o aluno trabalhe a partir de sua intuição, sendo necessário que o professor mantenha uma posição de mediador e não detentor de todo conhecimento. De maneira prática, o professor deve apresentar o problema e instigar o aluno a achar a solução, bem como um trabalho científico, tendo ainda fundamento nos PCNs os quais afirmam que

Para que essa mediação [entre os elementos da tríade aluno, objeto de conhecimento, e ensino] aconteça, o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno. (PCNs, 2000, p. 29)

Portanto, a partir desses conceitos, analisaremos como o livro didático aborda o conteúdo de concordância verbal, baseando-nos nos marcos teóricos e à luz da teoria gerativa.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 A gramática e suas conceituações em perspectiva com a teoria gerativista

As conceituações da gramática normativa tendem a ser apresentadas de forma prescritiva e partitiva. Guerra Vicente; Pilati (2016) propõem que devemos considerar a possibilidade de existirem “gramáticas”, dada a competência pertencente ao falante ser anterior à escola.

O “ensino” de gramática, posto em aspas pelas autoras Guerra Vicente; Pilati (2012) porque, como fora citado, dado aos conceitos gerativistas os quais propõem que a gramática é, na verdade, uma conscientização de processos que já fazem parte do subconsciente do falante. Portanto, a utilização da semântica para explicação desses processos linguísticos morfossintáticos não estabelece, com clareza, a natureza e a forma em que esses processos ocorrem.

A conceituação de verbo é proposta por inúmeras gramáticas como o “termo que expressa ação ou estado. No entanto, Guerra Vicente; Pilati (2016) apontam para a riqueza dos paradigmas flexionais, distribuição em relação aos outros termos da oração, que são deixados de lado frente a essa definição.

As autoras demonstram, através da adaptação de uma atividade de Katamba (2006 apud GUERRA VICENTE; PILATI, 2016), que é possível utilizar o conhecimento prévio da falante de LP para levá-lo a uma compreensão morfológica do que é um verbo. O professor apresenta ao aluno a frase “O menino pegou a porta e *molatou*”, em que há uma palavra inventada e, apelando para conhecimentos do aluno diante da língua portuguesa, sem dizer o significado da palavra, ele consegue ter as seguintes deduções:

(..) mesmo antes de procurá-la no dicionário, você seria capaz de prevê, dentre outras, as seguintes informações: (i) a palavra em questão é um verbo, portanto, a forma dicionarizada é não- flexionada; (ii) seu infinitivo por analogia a pares como: amar- amou, falar- falou, pegar- pegou, é “molatou”, e não molater ou molatir; (iii) molatando, molatei e molatado são outras formas previstas para a palavra. (KATAMBA, 2006 apud GUERRA VICENTE; PILATI, 2016)

Analogamente, a concordância verbal é um tema que suscita questionamentos diante de sua obrigatoriedade em sala de aula devido a variedade proporcionada pela língua portuguesa, sendo, muitas vezes, estigmatizada aquela que faz parte de um contexto social específico.

Zendron da Cunha propõe, diante disso, investigar o tratamento dado ao tema por materiais didáticos e gramática normativa e apresentar uma proposta para abordagem desse conteúdo para o ensino médio, considerando os pressupostos da Teoria Gerativa e as contribuições da Sociolinguística Interacionista.

A autora aponta que nomes como, Pilati (2018), Brandão; Vieira (2015) e Naro (2006), apresentam estudos contundentes sobre o assunto. Quanto à questão do ensino na educação básica, Guerra Vicente; Pilati (2012), elencam, diante de marcos regulatórios, desafios e possíveis ajustes que poderiam nortear, de maneira prática, a relação ensino e aprendizagem, partindo de uma visão gerativista.

A dicotomia saussuriana *langue e parole* (fala e escrita) entra em voga, principalmente quando se fala de concordância, tendo em vista a multiplicidade da língua, que por vezes é tratada de maneira a excluir essa pluralidade. Essa visão apenas normativa de certo e errado, a cultura do “bem falar e escrever” só chegou a ser questionada em 1980, quando a língua passou a ser vista de forma interacionista, o que trouxe um grande avanço para o ensino de LP.

A discussão sobre a aplicabilidade da gramática no ensino, então, tem sido uma preocupação de inúmeros linguistas ao longo dos anos e, apesar disso, o cenário em sala de aula ainda se constitui, em sua maioria, dentro dessa tradicionalidade, um esquema no qual o aluno é passivo diante de sua língua materna. Os marcos regulatórios, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propõem um ensino menos centralizado no professor; entretanto, não demonstram maneiras pelas quais poderiam aplicar-se esses conceitos. À guisa de ilustração, estão disponíveis os estudos de Guerra Vicente; Pilati (2012), sobre educação linguística e os PCN's, e Lunguinho et al. (2021), sobre formação de professores de LP e a BNCC.

Apesar das contribuições e da inclusão de importantes pontos da perspectiva interacionista nos documentos supracitados, Zendron aponta que ainda não se reconhecem os aspectos naturalistas que possibilitam um desenvolvimento do aluno, respeitando os conhecimentos que ele já traz para a escola – questionamento que já havia sido apresentado por Guerra Vicente; Pilati (2012). Esta última perspectiva advém da teoria chomskiana

(2008), a qual propõe que a linguagem é um componente da mente humana, sendo, assim, uma espécie de órgão que é responsável pela aquisição e uso da língua natural.

Kennedy (2016 apud Zendron da Cunha, 2021), se propõe a explicar a hipótese inatista sobre a faculdade da linguagem, denotando que não se trata da capacidade de falar uma língua específica, mas, sim, a de adquirir qualquer uma diante do ambiente em que for exposta a criança.

Portanto, a partir disso, entende-se que o ser humano já possui vários conhecimentos de sua língua materna, sendo então capaz de contribuir com seus conhecimentos em sala de aula e, por meio do incentivo do professor e demonstração do sistema de maneira funcional, categorizar estes e novos dados adquiridos na escola em relação à gramática normativa (GUERRA VICENTE; PILATI, 2012).

Assim como se parte de princípios científicos para explicar eventos químicos, físicos e biológicos, a sistematização científica da língua também é possível e pode ser adotada para o ensino da gramática (MIOTO ET AL. 2004). Segundo Borges Neto (2013 apud Zendron da Cunha, 2021), uma iniciação científica possibilita aos estudantes um desenvolvimento de habilidade de observação, levantamento de hipóteses e tudo isso, sendo feito a partir da gramática normativa, de maneira analítica e crítica de suas formações teóricas e sua adequação ao dia a dia.

Segundo Zendron da Cunha (2021, p. 140):

[...] o professor de língua pode, por exemplo, se valer dos conteúdos programáticos presentes em Livros Didáticos e recomendados por documentos oficiais, como os PCN e a BNCC. Para isso, é importante que se empreendam mais análises desses conteúdos e materiais, como têm feito alguns pesquisadores (VITORINO; SILVA, 2013; TESCARI NETO, PERIGRINO, 2018; QUAREZEMIN, 2016, HOCHSPRUNG; ZENDRON DA CUNHA, 2019; HUNTERMANN; ZENDRON DA CUNHA, 2021, entre tantos outros).

Partindo então desse pressuposto, permitir que o aluno reflita a partir dos materiais didáticos seria um meio de instigar o pensamento crítico, sem se afastar dos pressupostos teóricos, porém, de forma mais clara e objetiva.

As questões acerca da concordância verbal, por exemplo, são amplamente discutidas por inúmeros linguistas (AGOSTINHO; COELHO, 2015; SCHERRE; NARO; CARDOSO, 2017; PILATI, 2018; entre outros, apud ZENDRON DA CUNHA, 2021). Assim como em boa parte da gramática tradicional, (para não dizer em sua completude), o conceito de concordância apresenta-se de maneira subjetiva, partitiva e não engloba a multiplicidade do português brasileiro. Esse é um dos pontos questionados por esses linguistas.

“Pode-se dizer que a LP possui concordâncias e entre elas está a padrão, ou canônica” (ZENDRON DA CUNHA, 2021), que é a variedade mais prestigiada socialmente, mas há também aquelas que variam de acordo com a região ou comunidade do país (MENDES; OUSHIRO, 2015 apud ZENDRON DA CUNHA, 2021).

A autora destaca que a concordância da primeira pessoa do plural (1PP) é comum ser demarcada, conforme previsto pela gramática normativa, quando o sujeito aparece de forma pronominal, mas, quando se apresenta com sujeito composto, aparece uma variante, recorrente em inúmeras comunidades, na qual o verbo irá concordar apenas com um dos sujeitos, o mais próximo. Ela apresenta os exemplos de Mendes; Oushiro (2015), que observaram essa variante, a qual se apresenta conforme os exemplos abaixo (acontecem principalmente na fala):

1. (Nós) **Vamos** ao parque hoje
2. Eu e Joana **fez-Ø** café para o lanche da tarde.

O mesmo acontece com a terceira pessoa do plural (3PP), quando o sujeito aparece demarcado. Nesses casos, a tendência é o verbo ir para o singular:

3. Eles **foram** comer
4. Os meninos **foi-Ø** comer

Segundo Zendron, da Cunha diante de tais variações, os linguistas apontam que o nível de escolaridade e a classe social são grandes influenciadores da concordância de número. Mendes; Oushiro (2015) aprofundam sua pesquisa também, considerando idade e sexo, e se voltam para o que já estavam apontando Scherre; Naro (1998, p. 13)

“que a variação na concordância no português falado do Brasil está internalizada na mente de seus falantes. Trata-se de uma variação inerente, sendo altamente estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais. E, uma vez que existe um sistema gerenciando

a variação na concordância de número no português do Brasil, é possível prever em que estruturas linguísticas e em que situações sociais os falantes são mais propensos a empregar todas as marcas formais de plural nos elementos flexionáveis das diversas construções”.

Zandomênic; Pilati (2018 apud ZENDRON DA CUNHA) investigam como o processo de escolarização tardio (EJA) impacta o uso da concordância verbal em comparação com alunos do ensino regular e “não constitui uma gramática fragmentada, mas um sistema que se adequa a aspectos específicos da escrita e é, portanto, regular”. (ZENDRON DA CUNHA,2021). Esse comportamento da gramática interfere diretamente no seu ensino e, quando deixado de lado, poderá impactar a maneira de planejamento e execução em sala de aula.

A partir desses conceitos, Karina faz uma breve análise das gramáticas normativas de Cunha; Cintra (2008) e Bechara (2009) e de como é conceituada a concordância verbal. Os primeiros autores propõem, de maneira muito abstrata que é:

A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 510. apud ZENDRON DA CUNHA, 2021)

Esses autores apresentam apenas duas regras gerais de concordância, uma com o sujeito simples e outra com o composto, seguida de uma série de casos específicos que, segundo Zendron da Cunha (2021, p.146), incluem:

(a) o sujeito é uma expressão partitiva; (b) o sujeito denota quantidade aproximada; (c) o sujeito é o pronome relativo ‘que’; (d) o sujeito é um plural aparente; (e) o sujeito é indeterminado; (f) concordância do verbo ‘ser’; e, para os casos de concordância com mais de um sujeito: (a) concordância com o sujeito mais próximo; (b) infinitivos sujeitos; (c) sujeitos resumidos por um pronome indefinido; sujeitos representantes da mesma pessoa ou coisa; (d) sujeitos ligados por ‘ou’ ou por ‘nem’; (e) a locução ‘um e outro’; (f) sujeitos ligados por ‘com’; (g) sujeitos ligados por conjunção comparativa.

Bechara (2009, p.441), por sua vez, diz que a concordância é “adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” e apresenta o que ele chama, segundo a autora, de “outros casos de concordância verbal”.

Zendron da Cunha expõe que, esse tipo de definição apresentada por gramáticas normativas, segundo Ferreira; Guerra Vicente (2015 apud ZENDRON DA CUNHA, 2021),

geralmente se pauta em critérios subjetivos, como fazem Cunha e Cintra (2008), que se utilizam de palavras subjetivas como “solidariedade”, para definir concordância, ao invés de termos específicos e claros. Esse tipo de definição, segundo Ferreira; Guerra Vicente, atrapalha o trabalho reflexivo sobre a língua, por não impulsionar o entendimento do mecanismo operante da língua, para o estudante.

A autora lembra que as gramáticas normativas são prescritivas e não científicas. Em concomitância, aborda a gramática descritiva de Perini (2016), que, justamente, inicia o capítulo de concordância verbal, trazendo mais uma crítica aos manuais tradicionais e ao que neles é compreendido como concordância. O autor diz que para elaborar um novo conceito para o fenômeno, é necessário considerar as variedades faladas no Brasil, bem como o que caiu em desuso, como a segunda pessoa do singular e do plural. Sendo que, quando o “tu” aparece, o verbo está comumente conjugado na 3ª pessoa do singular (PERINI, 2016, p. 386 apud ZENDRON DA CUNHA, 2021).

Em contraponto, a autora propõe o conceito de Castilho (2010, p.272), de que a concordância verbal é “[...] a concordância gramatical do verbo com o sujeito, em pessoa e número”. Em seguida, ela afirma que, além do autor tratar casos redundantes entre sujeito e verbo, ele descreve de maneira sintética outras regras que são exibidas apenas por algumas variedades do português brasileiro (PB), determinadas por uma série de fatores, dos quais ela cita: (i) saliência fônica, (ii) proximidade/distância entre o verbo e o sujeito; (iii) posição do sujeito na sentença; (iv) paralelismo linguístico; e (v) nível sociocultural do falante. E eles se alternam em ordem de importância a depender do falante. Cabe salientar haver outros trabalhos anteriores, pioneiros, que não foram citados por Zendron da Cunha como, Scherre; Naro. (procurar o ano)

Na gramática pedagógica, Zendron da Cunha cita Bagno (2012), o qual afirma que as regras de concordância descritas como “especiais”, na gramática normativa, não são aplicadas integralmente por nenhum falante do PB, mesmo por aqueles sujeitos mais escolarizados, que utilizam algumas, porém em ambientes monitorados.

Os “erros” de concordância plural passam despercebidos pelos falantes mais letrados, quer sejam estes “erros” escritos ou falados, como nos exemplos abaixo, propostos por Bagno (2012, p. 648, grifos do autor, apud ZENDRON DA CUNHA, 2021):

a. O preço médio das casas vendidas no mês passado caíram 13,3% na comparação ano a ano desde a queda de 14,6% registrada em julho de 1970. (Folha de S. Paulo, 29/04/2008)

b. Conhecer os processos mutáveis de uma língua pelo uso em diferentes tempos, regiões, necessidades sempre fizeram parte das minhas aulas [...] (Texto produzido por professora de português do Distrito Federal, 2005)

c. No Semiárido, onde as condições são bem menos favoráveis, o aumento dos recursos destinados a financiar a agricultura familiar e o empreendedorismo dos pequenos ajudaram a mudar a vida das pessoas. (Carta Capital, 15/12/2010, p. 30)

Outro aspecto levantado por Zendron da Cunha, é que de acordo com Scherre (2005), a concordância não ocorre necessariamente com o núcleo do sujeito, mas pode acontecer com outras funções sintáticas, como núcleo do adjunto, do complemento nominal ou do predicativo. Analogamente, Bagno (2012) e Perini (2016) “ressaltam a importância da inclusão dos pronomes *you* e *a gente* para mudança da conjugação no paradigma verbal” (ZENDRON DA CUNHA, 2021, 149).

Diante das contribuições das gramáticas descritivas, a autora indaga se os livros didáticos de língua portuguesa para a Educação Básica utilizam essa perspectiva, pois, como ela vem abordando em seu artigo, a gramática normativa não possui objetivos pedagógicos, logo, os materiais didáticos devem conter uma proposta mais moderna, o que não ocorre.

Ela traz a análise de Pilati (2017 apud ZENDRON DA CUNHA, 2021) do livro didático de Ernani Terra; José Nicola (2004), para dar embasamento às afirmações acima. A conclusão é que “a apresentação do fenômeno é feita de forma simplista e é dada muita ênfase às exceções da regra geral, o que não ajuda os estudantes a compreenderem o fenômeno da concordância ou a língua como um sistema organizado”. (ZENDRON DA CUNHA, 2021, p. 150). O recente estudo de Huntermann e Zendron da Cunha (2021) aponta que os “casos especiais” são uma tendência dos livros didáticos, os quais não proporcionam uma explicação concisa, mas sim superficial, como ocorre nas gramáticas normativas de Cunha; Cintra (2008) e Bechara (2009).

Algumas propostas para o tratamento da concordância verbal nas aulas de língua portuguesa foram abordadas por Zendron da Cunha. Ela cita o trabalho de Cardoso; Cobucci (2014) que propõe atividades com o fim de explorar as habilidades investigativas dos alunos,

como testes de percepção, elaboração de hipóteses linguísticas, trabalho a partir do gênero paródia, produção de manual de consulta pelos próprios alunos e pesquisa de campo.

Ferreira; Guerra Vicente (2015 apud ZENDRON DA CUNHA, 2021) também são citadas, e propõem uma eliciação nas aulas de gramática, partindo do pressuposto chomskiano de competência, levando em conta o conhecimento prévio do estudante sobre sua língua; ao final, ele poderá ter uma noção clara do funcionamento gramatical do sistema linguístico. Pilati (2017 apud ZENDRON DA CUNHA, 2021) parte de uma abordagem semelhante, propondo oficinas com atividades que podem completar o material didático, em que o professor instigará os alunos com orações que causam estranhamento no falante de PB. A tarefa do aluno será descobrir e explicar o estranhamento e sistematizar as conclusões; ela sugere que sejam aplicados os conhecimentos em textos, analisando parágrafos com alterações nos morfemas flexionais.

Posteriormente, na seção “Sugestões para o professor na Educação Básica”, a autora aponta que a BNCC recomenda que o assunto de concordância verbal seja iniciado em qualquer ano a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e:

[...] Esse trabalho pode ser realizado em todos os campos de atuação nas práticas de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica. As habilidades a serem desenvolvidas em cada ano estão dispostas no quadro a seguir e podem ser consideradas pelos docentes no planejamento das aulas, sequências didáticas ou projetos. (ZENDRON DA CUNHA, 2021, p. 153)

Ela aponta, a partir da análise da BNCC, que o documento se mostra favorável ao trabalho considerando as variedades linguísticas além da (s) norma (s) culta (s). A proposta da seção está voltada para os alunos do ensino médio, mas a autora aponta que pode ser adaptada aos anos finais do Ensino Fundamental. A ideia é construir o conteúdo a partir de um eixo de iniciação científica, através de um projeto interdisciplinar, no qual os estudantes farão uma pesquisa de campo para observar o fenômeno da concordância.

Após a familiarização com o processo de investigação, espera-se que o estudante seja capaz de ler, compreender e produzir textos de divulgação científica, além de compreender os mecanismos que comandam a gramática da concordância verbal do português brasileiro, respeitando sua heterogeneidade. Para realização de tal feito, Zendron da Cunha ressalta a importância de um planejamento prévio que considere a realidade dos discentes.

Essa proposta foi baseada nos trabalhos de Pilati (2017) e Cardoso; Cobucci (2014), prevendo seis etapas, adaptáveis às necessidades de cada turma, apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1. Etapas principais do projeto

<p>Etapa 1 Avaliação do conhecimento prévio dos estudantes, experiência e reflexões linguísticas.</p> <p>Etapa 2 Apresentação da proposta de pesquisa de campo.</p> <p>Etapa 3 Realização da entrevista e organização dos dados.</p> <p>Etapa 4 Análise e discussão dos dados.</p> <p>Etapa 5 Escrita e reescrita de texto de divulgação científica (pôster).</p> <p>Etapa 6 Apresentação oral do pôster em evento de divulgação científica.</p>	(ZENDRON DA CUNHA, 2021, p. 157)
	(ZENDRON DA CUNHA, 2021, p. 157)

(ZENDRON DA CUNHA, 2021, p. 157)

A primeira etapa é chamada de experiência linguística (PILATI, 2017 apud ZENDRON 2021), é quando o professor deve explorar, junto com os alunos, os dados linguísticos e materiais didáticos. “Nessa etapa o professor deve organizar o conhecimento e facilitar sua organização, bem como levar alguns textos de divulgação científica para debater em sala” (PILATI, 2017 apud ZENDRON, 2021). Zendron da Cunha indica os trabalhos acadêmicos da Revista Roseta, uma revista da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística) que publica textos curtos e dedicados à popularização da linguística.

Na segunda etapa, é sugerido um trabalho com a concordância verbal dos sujeitos de 3º pessoa do plural (Cardoso; Cobucci, 2014), apesar disso, o professor pode optar por outros casos, como o de primeira pessoa do plural ou a segunda do singular, atentando-se para que haja o registro do pronome na comunidade escolhida. A coleta de dados pode ser feita a partir de diversas variáveis como, idade, sexo, classe social, profissões, entre outros. É importante que a tarefa seja dividida em grupos ou duplas.

A terceira etapa consiste no registro dos dados através de gravações de conversas ou entrevistas, para a coleta dos dados. O professor, como mediador da tarefa, deverá passar as

informações aos estudantes para que esses registros sejam feitos dentro da realidade dos estudantes, tanto em relação ao material que será utilizado, quanto ao horário em que será feita a tarefa. É recomendável ainda, que ele tenha uma breve conversa sobre ética em pesquisa.

Durante a quarta etapa os estudantes farão a descrição e análise dos dados, com o auxílio do professor e como sugere Cardoso; Cobucci (2014)

[...] listar os principais condicionadores da variação linguística nos dados analisados. Aqui entram variáveis [...] que incluem (i) fatores linguísticos, como saliência fônica, o traço semântico do sujeito e a posição do sujeito em relação ao verbo; e (ii) fatores sociais, como nível de escolaridade, classe social, faixa etária e sexo. (MENDES; OUSHIRO, 2015; SCHERRE; NARO; CARDOSO, 2007 apud ZENDRON, 2021).

Na quinta, deverá ser feita a produção do pôster, gênero que o professor já deverá ter trabalhado em sala, a autora sugere que seja feita uma sequência didática para o estudo do gênero. A produção textual poderá ser distribuída em grupos ou duplas, as quais deverão revisar e reescrever o texto até que o professor aprove se está adequado para circulação. O que já nos leva à sexta e última etapa, a apresentação do pôster em uma feira de ciências ou evento que o professor definirá. Segundo Zendron da Cunha, o evento é ideal para que haja a promoção da divulgação científica.

A autora conclui o trabalho reforçando os principais pontos tratados na seção acima e reforça que:

[...] nossa sugestão para os professores da Educação Básica contribua para a adoção, mesmo que gradativa, de uma nova visão de gramáticaS nas aulas de LP. Uma visão que leve em consideração o conhecimento que o estudante já tem da sua língua para formular e testar hipóteses e que, além disso, o prepare para o uso de diferentes gramáticaS, dependendo do contexto e dos interlocutores. (ZENDRON DA CUNHA, 2021, p.162)

Assim, conclui-se, a partir da abordagem da autora, que a gramática normativa não aborda a concordância verbal de maneira concreta, mas fazendo uso de definições metafóricas e partitivas, com enfoque nos chamados “casos especiais”. Esses últimos compõem uma lista de regras sem objetividade, que proporcionam, muitas vezes, maior dúvida aos alunos.

Como foi colocado por Guerra Vicente; Pilati (2012), e outros, e reforçado por Zendron da Cunha, o ensino de gramática, bem como a sistematização linguística, precisa ser clara aos alunos falantes de LP. Portanto, é de suma importância que os materiais didáticos atendam e auxiliem no processo de aprendizado da normatização do português brasileiro escrito.

Ao buscar esses materiais, é perceptível que as escolas particulares do Distrito Federal, em sua maioria, adotam Cereja; Magalhães como seus autores. Outrossim, ao pesquisar a maneira como é abordado o conteúdo de concordância verbal, os autores definem como regra geral que o “verbo concorda com o sujeito em número e pessoa” (Cereja; Magalhães, p. 127, 2014). Após essa colocação eles partem para as particularidades de concordância com o sujeito simples e composto.

Tal conceito reforça o que é proposto em gramáticas tradicionais normativas, o acúmulo de regras de um sistema impossível de ser visualizado e com exercícios que não promovem ao aluno uma reflexão do tema abordado. O que gera um círculo vicioso, no qual o estudante alimenta inseguranças a respeito de sua capacidade de cognição e constrói uma barreira em relação aos conhecimentos ali dispostos.

Analogamente, o professor, como mediador desse conhecimento, necessita possuir ferramentas para tal feito. Os marcos regulatórios, BNCC e PCN’s apontam para esse papel de mediação, todavia, não abordam metodologicamente sua prática em sala de aula, o que fomenta um ensino partitivo, acrítico, mecânico, por vezes, traumático e que desconsidera o conhecimento prévio do aluno. Tal problemática que faz inúmeros falantes que possuem como língua materna o português brasileiro acreditarem que não o compreendem sistematicamente.

3 ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO:

3.1 O livro à luz dos marcos teóricos e da teoria gerativa

À luz da teoria gerativa e diante do longo histórico de pesquisas e desenvolvimento de trabalhos científicos que envolvem as problemáticas em torno do ensino de concordância

verbal aos falantes de LP, nos propomos a analisar livros didáticos em comparação ao que está previsto nos marcos regulatórios.

A BNCC prevê que alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (doravante EF), tenham a habilidade de produzir conhecimentos linguísticos gramaticais dentre os quais está a concordância verbal e nominal. No entanto, ao buscar o conteúdo nos materiais didáticos disponíveis, encontramos apenas o conteúdo referente à concordância nominal, sendo que a concordância verbal será introduzida apenas no ano seguinte.

Os autores Cereja; Magalhães (2014) parecem ter grande influência no mercado de livros didáticos e gramáticas utilizadas nas escolas, portanto, serão amplamente abordados neste trabalho. Ao buscar o conteúdo de concordância verbal em seus materiais referentes ao 6º ano, não obtivemos êxito, pois verificamos que o assunto é abordado apenas nos materiais do 7º ano.

Cereja; Magalhães iniciam o capítulo que tem como título “Para escrever com adequação. A concordância do verbo com o sujeito”, e está organizado a partir da apresentação de um texto intitulado “Por que D. João VI tinha fama de guloso”, no qual são feitas algumas solicitações e questionamentos aos leitores a respeito da sintaxe de um fragmento textual, tais como: (i) “identifique o sujeito da oração” e (ii) “qual o núcleo do sujeito?”. Por fim, é solicitado que o verbo seja observado e diante dessa observação, questiona-se com que elemento ele estabelece concordância.

A princípio, a abordagem parece proporcionar a construção, através da percepção do aluno, do que será trabalhado ao longo do capítulo; no entanto, não há uma conceituação do que seria essa concordância, como e por que ela se estabelece com o sujeito, sem que haja uma reflexão desse processo ou a visualização de como funciona o sistema de concordância da língua.

Após essa apresentação, eles dão início à demonstração da diferença de concordância com sujeito simples e composto; sendo (A) quando o sujeito é coletivo, (B) sujeito representado por nome próprio de lugares ou títulos de obras precedidos de artigo no plural, (C) sujeito composto antes do verbo e (D) sujeito composto após o verbo. A saber, os exemplos:

- a) A turma gostou muito do passeio ao zoológico

- b) Os Andes são a maior cordilheira do mundo
- c) Ouro e prata são metais preciosos
- d) Gritava/ gritavam o pai, a mãe, a vó e as crianças

(CEREJA; MAGALHÃES, pág. 127- 128, 2014)

Essas distinções não são objetivas, nem sequer proporcionam uma reflexão sobre a língua que proporcione ao aluno associar seus conhecimentos prévios a respeito da gramática de sua língua. Ao analisar as sentenças, é perceptível que o verbo concordará com o núcleo do sujeito em todos os casos exemplificados. E, no caso da letra D, como o sintagma nominal (sujeito composto) foi posto após o verbo, ele poderá ficar no singular, ligando-se ao sintagma mais próximo ou no plural, abrangendo todos. Propor ao aluno chegar a essa conclusão (ou seja, fazer uma eliciação dessa informação) pode ser mais efetivo e permitir que ele compreenda sistema linguístico de maneira clara e objetiva, sem a subjetividade da explicação em modo listagem dos chamados “casos especiais”.

Ao observar os exercícios é perceptível a continuação desse padrão com memorizações. Há apenas duas questões nas quais se dá a oportunidade ao aluno de refletir sobre a sua língua: em (1), por exemplo, é solicitado ao aluno que conjugue os verbos no indicativo para completar o texto fazendo a concordância com os sujeitos; em (2), é solicitado ao aluno que reescreva as frases completando com a forma verbal correta; aqui, cada um dos 8 subitens possui um verbo conjugado no plural e singular.

1. Complete o texto a seguir, empregando no modo indicativo e nos tempos solicitados os verbos que estão entre parênteses. Faça a concordância do verbo com o sujeito em número e pessoa, de acordo com o contexto.

Dança da chuva

Você (acreditar – presente) na dança da chuva? Em 1998, o Estado de Roraima (ter – pretérito perfeito) quase 1/4 de seu território queimado por causa de uma seca que já (durar – pretérito imperfeito) 3 meses. Depois de frustradas tentativas de apagar o fogo, o governo (decidir – pretérito perfeito) recorrer à crença popular. Dois índios caiapós, Kuerit e Mantii, (ser – pretérito perfeito) levados do Mato Grosso até Boa Vista para executar a dança da chuva. As passagens e o hotel (ser – pretérito perfeito) pagos pela Funai. Os pajés (dançar – pretérito perfeito) durante 40 minutos, às margens do rio Curupira, pedindo chuva ao espírito de um antepassado. Para surpresa geral, a chuva (vir – pretérito perfeito) e (apagar – pretérito perfeito) a maior parte dos focos de incêndio.

(Marcelo Duarte. *O guia dos curiosos*: Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 44.)



2. Reescreva as frases a seguir, completando-as com a forma verbal adequada.

- A meninada (saiu/sairam) correndo na hora do intervalo.
- Durante o vendaval (caiu/caíram) todas as folhas da mangueira.
- (É/Sou) sempre eu que levo a culpa.
- Os Estados Unidos (fica/ficam) na América do Norte.
- Já (chegou/chegaram) os livros que a Janice encomendou.
- (Faz/Fazem) parte do elenco a mãe, o pai e a filha.
- Hoje (é/sou) eu que leio o texto.
- Oba! Amanhã (começa/começam) as férias.

Qual o ganho desse reforço de memorização quando se poderia gerar a explicitação do conhecimento intuitivo que o estudante tem do sistema linguístico? Essa é uma das perguntas que nos fazem questionar essa metodologia, visto que todo o conhecimento desenvolvido no EF deve servir de base para o Ensino Médio, onde os alunos, novamente, estarão em contato com esses conteúdos, porém dentro da sintaxe do período composto.

Partindo da ideia de memorização, é muito provável que, ao término do 7º ano, os alunos tenham esquecido esse conjunto de regras dissociativas. Têm-se então um padrão de repetição de conteúdos truncados e um atraso em cadeia de inúmeros conteúdos, visto que a gramática não é partitiva como se apresenta nos livros didáticos.

O apelo apenas semântico para classificar e definir questões morfossintáticas é amplamente criticado pelos linguistas gerativistas. Segundo Guerra Vicente; Pilati (2016) devemos apelar para o conhecimento morfossintático do aluno:

“Aos 9 anos, idade-padrão do aluno cursando 4º ano do Ensino Fundamental, a criança já tem pleno domínio de sua língua, sendo, portanto, capaz de fazer descrições e previsões que envolvam níveis de análise linguística diferentes do semântico”.

(GUERRA VICENTE; PILATI, 2016, pág. 124)

Assim como em “Português e Linguagens” (Cereja; Magalhães 2014), o livro didático “Sistema Positivo de Ensino”, (AMARAL ET AL.2022), aborda a concordância a partir de um resumo em que define a concordância do verbo com (i) sujeito simples e, com (ii) sujeito composto. Define-se (i) como: “O verbo da oração concorda com número (singular e plural) e pessoa (1º, 2º e 3º) com o núcleo do sujeito simples”. Enquanto em (ii) há subdivisões denominadas “núcleo do sujeito ligados por “e””, “sujeito composto por pessoas gramaticais diferentes” e “núcleo do sujeito em que há “ou” ou “nem””.

(i). *Eu farei* uma viagem. / *Nós faremos* uma viagem.

(ii). Temos 3 casos diferentes:

- 1- Prédios e casas compõem o cenário/ **Compõem** o cenário prédios e casas/ **Compõe** o cenário prédios e casas
- 2- *Eu e Camila* **faremos** uma festa/ *Nós e teus pais* **iremos** à festa/ *O rapaz, você e a menina* **farão** o que eu pedi
- 3- Ana ou Maria **fará** o bolo / Nem João nem Paulo **assumirá** o papel na peça/ Flores ou frutos **podem** compor a mesa/ Nem eu nem você **sabemos** responder a essa pergunta

(AMARAL ET AL.2022, p. 31, vol.2)

São estabelecidas regras dentro do grupo I e II, porém é facilmente perceptível que não são diferentes. Ao analisar os casos, a concordância em I será estabelecida com o núcleo do sujeito, bem como nos casos 1, 2 e 3 do grupo II, em que o verbo se flexionará de acordo com o núcleo do sujeito; sendo ele composto, poderá concordar com o mais próximo ou ambos. Cabe atenção apenas para o caso 3, em que a semântica será importante na escolha de flexionar o verbo para singular ou plural, visto que no primeiro terá uma ideia de exclusão e, no segundo, não.

As atividades propostas, por sua vez, proporcionam ao aluno maior reflexão morfossintática. Nas questões de 1 a 3 é abordada a interpretação textual, a partir da quarta são iniciadas as atividades de morfossintaxe. São propostas sentenças retiradas do texto da questão 1, dentre as quais uma possui a concordância inadequada ao sujeito. É solicitado, então, ao aluno, que a encontre e justifique a inadequação.

Cabe ressaltar a utilização do termo “inadequada” no lugar de “incorreta” como um aspecto positivo, pois leva em consideração as variações de concordância do português. Na questão seguinte, é solicitado novamente análise de períodos, no entanto, de verbos no modo imperativo. Por seguinte, há duas frases e é solicitado que responda qual proposição está correta a partir da análise dos períodos. Na sétima, é proposto o clássico exercício de completar lacunas com a conjugação correta do verbo e, por fim, novamente é dado duas sentenças e questionada a regra de concordância aplicada a elas.

O ato de solicitar que o aluno analise, e não que apenas repita conjugações do verbo, proporciona ao aluno um contato mais científico e metodológico com a língua, colocando em prática seu conhecimento acerca do sistema linguístico, para aquisição de novos conhecimentos. A reflexão, é um ponto crucial para o desenvolvimento do falante frente a sua língua materna. Analisar as possibilidades, fará com que ele internalize o processo. Pois, uma vez feito, se torna possível visualizar a ligação entre os conteúdos gramaticais ao longo dos anos escolares.

Em contraposição ao fato de não haver o conteúdo de concordância verbal nos livros didáticos do 6º ano, como o que está previsto nos marcos teóricos, encontramos o conteúdo de concordância nominal em todos os materiais analisados no referido ano. Dentre todos, o livro Projeto Teláris (Borgatto, Ana Maria Trinconi AT AL, 2017), possui uma abordagem próxima ao que é proposto no gerativismo, a respeito do incentivo à autonomia do falante.

Antes de iniciar o primeiro capítulo, há uma página dedicada a dicas de hábitos para ajudar no estudo em casa. São 8 dicas dentro de uma ilustração, com títulos chamativos e ideias práticas relacionada a organização do espaço destinado a estudos, bem como dos materiais; iluminação, tempo de estudo, estratégia para não perder entregas de trabalhos e provas, postura. Por fim, há uma chamada a realidade da necessidade de o estudo continuar em casa e dicas finais de como fazer resumos, esquemas e outros tipos de metodologias.

Espera-se que o aluno estabeleça um ciclo de aprendizagem, em que a escola tem um papel mediador. Entretanto, dada a quantidade de conteúdos que precisam ser vencidos durante o ano letivo, não há, por vezes, o cuidado em ensinar aos estudantes como alinhar os conhecimentos adquiridos e/ ou aprofundados em sala de aula, em casa, para que haja realmente uma continuidade dentro do ciclo. Tendo em mente que o livro didático é uma das

ferramentas aliadas nesse processo, tanto para o aluno, quanto para o professor, é de grande valia ter dentro dele um suporte que supra essa necessidade.

Partindo para as questões morfossintáticas, o livro parece estar organizado por assuntos subsequentes interligados. Ou seja, em um capítulo são abordados vários conteúdos que estabelecem uma relação entre si, construindo uma sequência lógica para o estudante. Antes de iniciar concordância nominal, é abordada a relação existente entre os termos ligados aos substantivos, que são: adjetivo, locução adjetiva, artigo e numeral. Após finalizar as explicações e exercícios, há o que denominaram de “hora de organizar o que estudamos”. É um esquema que define o que é “determinante do substantivo” e quais são eles.

Por seguinte, inicia-se o conteúdo denominado “concordância entre o substantivo e seus determinantes” (doravante, concordância nominal). É solicitado que o aluno faça alguns “experimentos linguísticos” básicos, a partir do trecho de um texto da unidade. Os autores apresentam o seguinte dado: “**Minha mãe** vai brigar comigo, ela fica muito **brava** quando eu faço alguma besteira [...]”, bem como o esquema: Minha  mãe (substantivo)  brava. Então solicita-se que, após a leitura, façam a reescrita do período trocando a para “mãe” por “padrasto”, fazendo as alterações necessárias. Por seguinte, que seja trocado “padrasto” por “irmãos”. Para então solicitar que o aluno descreva sua observação do que ocorre durante as mudanças

Outro dado é proposto: “Os dois melhores **amigos** da escola mudaram de cidade”. A partir de um novo esquema eles demonstram todos os termos que estão ligados ao substantivo “amigos” então são solicitadas as seguintes trocas: i) o termo “amigo” por amiga; ii) o termo “amigo” por amigas. Então é questionado quais mudanças ocorreram além dos determinantes do substantivo.

A seguir, é iniciada uma tarefa pontuando que, apesar da gramática normativa esperar que haja concordância de número e gênero entre substantivo, há outros tipos de concordância que podemos presenciar no dia a dia. A título de exemplo, foi citada a variação linguística diatópica, representada pelo fragmento da música “Raízes” de Renato Teixeira. Ao destacar dois versos da canção, é solicitado que o aluno informe a concordância estabelecida entre eles. Bem como, se a música ficaria melhor sendo reescrita com a concordância padrão, levando em consideração o tipo e o local em que ela se apresenta.

Variação de uso da concordância do substantivo com seus determinantes
Em geral, espera-se que os determinantes de um substantivo concorram com ele em gênero e número. Mas, no dia a dia, nem sempre a concordância ocorre assim.

1. Leia e ouça, se puder, um trecho de uma bela canção de Renato Teixeira abaixo. Essa letra revela um pouco da linguagem do dia a dia no mundo rural e, às vezes, urbano também. Observe os versos destacados.

Raízes
Renato Teixeira

Passar o dia
Ouvindo o som de umas viola
Eu quero que o mundo agora
Se mostre pros bem-te-vis
Mando daqui das bandas do rural lembranças
Vibrações da nova hora
Pra você que não tá aqui
[...]

Galo cantou
Madrugada na Campina
Manhã menina
Tá na flor do meu jardim
Hoje é domingo
Me desculpe eu tô sem pressa
Nem preciso de conversa
Não há nada pra cumprir

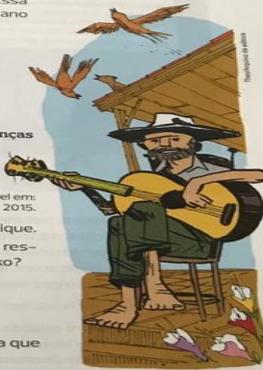
TEIXEIRA, Renato; PENA BRANCA; XAVANTINHO. Ao vivo em Totuí, 1999. Disponível em: <www.vagalume.com.br/renato-teixeira/raizes.html>. Acesso em: jan. 2015.

a) Como foi feita a concordância entre os termos nos versos destacados? Explique.
b) Levando em conta o tipo de música, o ambiente que pretende representar, responda: você acha que a letra ficaria melhor se fosse escrita como se lê abaixo?

Ouvindo o som de umas violas
Eu quero que o mundo agora
Se mostre pros bem-te-vis

2. É comum ouvir frases com a concordância entre as palavras semelhante a essa que está na letra da música?

3. Você conhece outras músicas em que a linguagem usada na letra se aproxima da maneira como as pessoas do local retratado falam? Quais?



O ponto interessante é que todo esse processo promove ao estudante, além de apropriar-se de conhecimentos metodológicos, reconheça processos da língua que ocorre no dia a dia, oportunizando as diferentes variações linguística presentes na LP. Questionar ao aluno variações aparentes no seu dia a dia, bem como a possibilidade de outras concordâncias, a partir do livro didático, é de grande auxílio ao professor. Pois, assim ele se manifesta como uma ferramenta realmente efetiva no ensino da gramática normativa.

Os autores do livro Telaris, apesar de utilizar uma definição semântica ao invés de morfossintática para concordância nominal, apresentam um desencadeamento de ideia conciso ao longo do capítulo, possibilitando a discussão entre os alunos, bem como a reflexão a partir de vários testes linguísticos. Não se limitam a uma única concordância, mas evidenciam a heterogeneidade da LP e fomentam a discussão sobre preconceito linguístico. As atividades são articuladas de maneira que o aluno não apenas repita padrões, mas reconheça quais estão sendo apresentados e por qual motivo se estabelecem. Portanto, podemos aderir ao mesmo princípio para o ensino de concordância verbal.

3.2 O professor e o livro diádico

Em sala de aula, ao longo dos anos como professora, eu pude perceber que meus alunos chegavam ao reforço, em sua maioria, com a autoestima linguística baixíssima. Na escola de ensino regular não compreendiam a didática do professor e em casa o livro não os ajudava.

A partir de um conhecimento gramatical intuitivo do aluno, eu procurava tornar o conteúdo mais claro. Antes mesmo de explicar a matéria, começávamos a investigar qual o significado dado ao título. Por exemplo, digamos que iríamos estudar concordância, começava a fazer perguntas como: o que você entende como concordância? Este termo te lembra algum outro? Essas perguntas são feitas para que o aluno reflita sobre o processo o qual ele já faz.

Após essa definição, partimos para aspectos morfossintáticos de maneira associativa, ao invés de apresentar casos especiais, fazemos análise do verbo e das palavras ligadas a ele. Assim, ainda que o sujeito seja coletivo (um dos casos especiais), o aluno chegará à compreensão de que o substantivo coletivo representa um grupo. No entanto, o substantivo coletivo possui apenas um núcleo, portanto, o verbo deverá se manter no singular.

Esse processo de reconhecimento que o aluno possui ocorre não apenas devido aos conteúdos dos anos anteriores, mas pela gramática interna do falante, o qual é anterior aos anos escolares. Então, partir das teorias gerativistas não apenas é possível e aplicável, quanto é realmente efetivo. Isso se aplica a todos os conteúdos gramaticais.

Vicente e Pilati (2012) expressam:

o que a escola fará nos anos seguintes será: a) alfabetizá-lo - mostrar ao aluno a relação entre os sons e as letras; b) promover o letramento do aluno - mostrar os valores sociais dos diferentes textos e gêneros e c) desenvolver a capacidade de expressão escrita e oral do aluno, dentro de uma perspectiva de padronização e de desenvolvimento de técnicas de expressão escrita.

Em busca de ouvir outros professores, fizemos uma breve pesquisa com 6 professores através do formulário abaixo:

PESQUISA SOBRE UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Este formulário é apenas para coleta de informações para TCC

*Obrigatório

1. Você dá aula em escola: *

Marcar apenas uma oval.

- Pública
 Privada
 Ambas

2. Você faz uso do livro didático do professor para o preparo das aulas *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Às vezes

3. Você considera o livro didático do professor efetivo para a preparação de aulas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

4. Em sua opinião, os livros didáticos possuem conceitos claros e objetivos no que diz respeito aos conteúdos de sintaxe *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

5. Você acha que o livro didático está sendo uma boa ferramenta em sala de aula? *

6. Em relação a concordância verbal: qual o maior desafio ao iniciar este conteúdo? Você percebe se o livro possibilita a reflexão do aluno nas atividades? *

7. Qual sua maior queixa em relação ao livro didático? *

No intuito de acompanhar a efetividade desse recurso educativo este formulário foi proposto. Os professores reportaram, em sua maioria, não utilizar o livro didático como material para preparo de aula, bem como apontam sua ineficiência como ferramenta para os alunos. Isso porque não possuem conceitos claros. Apresentam, como maior queixa, questões como: aspectos muito conteudista, pouca objetividade, falta de atualização, adequação do conteúdo a realidade do aluno, o conteúdo ser raso e o método arcaico.

Outro ponto abordado foi qual o maior desafio ao iniciar o conteúdo de concordância verbal e se o livro proporciona a reflexão através das atividades. Obtivemos como resposta: a falta de domínio morfológico por parte dos próprios professores, falta de contextualização e exemplos; os alunos não terem conhecimento prévio a respeito de tempos verbais, o livro didático simplifica muito os conteúdos. Chegaram a reportar que já ouviram reclamação dos próprios alunos, que apontam ser um conteúdo muito engessado e preso ao livro de maneira a dificultar a compreensão.

Ficou claro a partir dessa breve pesquisa, que pode ser mais aprofundada e explorada posteriormente em uma tese de mestrado, que, a princípio, os livros não têm cumprido seu

papel tanto como auxiliador do professor nas preparações de aulas, como suporte para o aluno. Não possuindo, em sua maioria, atividades que proporcionam reflexões, e aprofundamento do conteúdo proposto em sala de aula. Apenas refletem um sistema arcaico, engessado e acrítico.

CONCLUSÃO

Em suma, o presente trabalho procurou mostrar uma análise do livro didático, em vistas de uma perspectiva gerativista. Abordamos as questões regras e listagens gramaticais que não apontam uma visão clara da normatização da língua, bem como desconsideram o conhecimento do falante em relação a sua língua materna.

A problemática em relação a essa abordagem, é que temos alunos de língua portuguesa que apenas memorizam, ao invés de compreender o sistema. Tendo em vista que o sistema educacional brasileiro se utiliza de uma construção ao longo dos anos em relação aos conteúdos e, no Ensino Médio, retoma os conteúdos diante de uma sintaxe mais aprofundada, a memorização faz com que este processo se torne penoso e falho, dado que o aluno, provavelmente terá esquecido boa parte do conjunto de regras, a fim de abrir espaço para as outras inúmeras regras de diferentes conteúdos. Exemplo disso é a definição semântica de vírgula, como respiração ou pausa. Em que não há um consenso entre as gramáticas, e pode ser encontrada 20, 35 ou 15 regras de “casos especiais”.

Mioto (2004) afirma que a gramática normativa é um conjunto de regras do “bem falar e do bem escrever”, não sendo, portanto, clara e objetiva. Os PCNs representam um avanço inegável, entretanto não há, em sua estrutura, exemplos claros e práticos de como os pressupostos ali lançados se relacionam com a prática em sala de aula, a sistematização do conhecimento prévio do aluno, bem como o incentivo ao seu desenvolvimento pelo professor. Sendo este conhecimento prévio correspondentes aos “conteúdos aprendidos na escola e que serão aprofundados ano após ano” (VICENTE; PILATI, 2012, p. 1).

O livro didático, apesar de ter a função de auxiliar o professor em sala de aula e permitir aos alunos uma reflexão sobre os conteúdos trabalhados em aula, apenas refletem o sistema arcaico e conteudista, sendo pouco objetivo em suas definições. Também pode ser considerado pouco funcional aos professores, visto que apenas apresentam-se como gabaritos de atividades.

O presente estudo possibilitou chegarmos à essa conclusão, bem como já fora proposto pelos outros autores mencionados neste trabalho e que vêm estudando a gramática normativa da língua portuguesa, que com o conteúdo de concordância verbal, não se apresentou diferente, mas de maneira partitiva e metafórica quanto a sua definição e aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2019.
- CHOMSKY, Noam. Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Brasília, 1998.
- GUERRA VICENTE, Helena.; PILATI, E. N.; Teoria gerativa e ensino de gramática: uma releitura dos parâmetros curriculares nacionais. Verbum 2, 4-14, 2012.

GUERRA VICENTE, Helena; PILATI, Eloisa. Estudo da Linguagem e Cultura Regional: Teoria Gerativa na Formação de Professores de Língua Portuguesa. Editora da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista- Roraima, 2016

GUESSER, Simone; RECH, Núbia Ferreira. Gramática, Aquisição e Processamento Linguístico: subsídios para o professor de Língua Portuguesa– 1. ed.– Campinas, SP :Pontes Editores, 2020.

KENEDY, Eduardo. Curso básico de linguística gerativa- São Paulo, 2013.

LUNGUINHO, Marcus; NAVES, Rozana Reigota; SALLES, Heloisa Maria M. L.; PILATI, Eloisa N. Silva; GUERRA VICENTE, Helena; MEDEIROS JÚNIOR, Paulo- Contribuições dos estudos gramaticais à produção de textos. Academia.edu. 2018

MIOTO, C; FIGUEIREDO SILVA, M. C; LOPES, R. Novo Manual de Sintaxe. São Paulo: Editora contexto, 2004.

PILATI, Eloisa; Marcus; NAVES, Rozana Reigota; GUERRA VICENTE, Helena; SALLES, Heloisa. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.14, n.2, p. 395-425, jul./dez. 2011

ZENDRON DA CUNHA, Karina. Concordância Verbal Na Educação Básica: Uma Proposta Didática Para Aulas De Gramática. Academia. edu, 2022. Disponível em: [Academia.edu](#) em: 24 de fevereiro de 2022

ANEXOS

Autoavaliação

Chegou o momento de fazer um balanço de tudo o que foi estudado no Capítulo 4. Leia o quadro de conteúdos para recordar o que estudou e, no caderno, avalie seu desempenho usando as opções propostas a seguir como orientação. Não se esqueça de registrar suas ideias.

- Itens de desempenho
- **Avancei em** (registre no caderno os itens em que você melhorou)
 - **Preciso rever** (registre no caderno os itens que você precisa estudar mais)
 - **Outras observações e/ou outras atividades**

CONTEÚDOS

1. Gênero	Conto Narrativa ficcional inspirada na realidade • "A menina e os bales", Georgina Martins
2. Leitura e interpretação de texto	Momentos e elementos da narrativa • Personagens e pontos de vista • Partes de um livro: referência bibliográfica, dedicatória e introdução • Tipos de discurso: direto e indireto • Marcas de oralidade
3. Língua: usos e reflexão	As frases e as palavras (II) • Determinantes do substantivo: adjetivo, locução adjetiva, artigo e numeral • No dia a dia: concordância dos determinantes com o substantivo
4. Produção textual	Escrita Resumo de texto narrativo • Resumo do conto e os momentos da narrativa • Uso do discurso indireto no resumo do conto • Resumo de um conto lido
5. Participação	Prática de oralidade Gênero oral: debate regrado "Direitos da criança e trabalho infantil"
6. Ampliação de leitura	Leitura de Outros Juguens: ilustração e foto Leitura e produção de relações entre textos da seção Conexões Leitura de Outros textos do mesmo gênero • "Homem olhando o mar", Fernando Sabino

